

política

BRB comprou R\$ 17 bi em créditos do Master, diz relatório da Polícia Federal

Investigações da Polícia Federal (PF) concluíram que o BRB (Banco de Brasília) transferiu cerca de R\$ 17 bilhões ao Banco Master no âmbito da compra de carteiras de crédito, segundo documentos do caso tornados públicos pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na semana passada. Porém, a maior parte desses repasses, cerca de R\$ 12,2 bilhões, eram títulos falsos, ou seja, sem valor.

Segundo a PF, a fraude se dava pela venda de CCBs (Cédulas de Crédito Bancário) falsas, derivadas de créditos consignados inexistentes gerados pela Tirreno, empresa de fachada criada em dezembro de 2024, e controlada pela Cartos (Sociedade de Crédito Direto). “O exame pelo Banco Central, dos títulos de crédito emitidos pelo Banco Master, oriundas dos consignados da Cartos mostraram inconsistências grotescas”, diz petição endereçada ao ministro André Mendonça (STF) em fevereiro.

Conversas extraídas pela PF dos celulares do então presidente do BRB, Paulo Henrique Costa, e do diretor de finanças, Dário Os-

waldo Garcia Junior, feitas ao longo de novembro de 2024, mostram que uma carteira Credcesta chegou ao BRB com valor contábil de R\$ 179,6 milhões. Desse montante, apenas R\$ 110 milhões foram considerados aptos para compra.

Os investigadores afirmam que havia clara intenção de Paulo Henrique Costa em salvar o Master. A documentação recebida do banco de Vercaro já indicava manipulação, ausência de lastro adequado e movimentação atípica de créditos entre fundos de investimento. “Além dos chats, os documentos apreendidos estampam a completa displicência da diretoria do BRB em insistir na compra de ativos, consoante anotações de diretoria, o presidente ordenava a compra mesmo com pareceres jurídicos contrários desde o mês de abril/2025”, diz a PF no relatório.

Nas conversas entre o ex-presidente do BRB e o então diretor de finanças, Paulo Henrique Costa demonstra dúvidas sobre a forma como o Master operava suas carteiras, principalmente as que circulavam entre fundos de investimento.

Dino tira sigilo de investigação sobre produtora de ‘Dark Horse’

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu, neste domingo, derrubar o sigilo do material da Polícia Civil de São Paulo que trata do financiamento do filme “Dark Horse”, sobre a trajetória do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Os dados foram recebidos da Vara Estadual das Garantias de Organizações Criminosas e Lavagem de Bens do Foro Central Criminal Barra Funda, em São Paulo.

Com isso, a Secretaria de Segurança do Estado de São Paulo terá que entregar à Polícia Federal todo o material bruto extraído dos celulares das pessoas físicas e jurídicas investigadas no caso.

A ordem também inclui que todos os computadores e demais documentos sejam transferidos à custódia da Polícia Federal, com todas as cautelas legais. “Como determina o Código de Processo Penal e requereu a Polícia Federal, considero que deve ser aplicada a orientação jurisprudencial quanto à aplicação da publicidade nos trabalhos investigativos já documentados nos autos”, escreveu.

Dino afirmou, em sua decisão, que no curso da investigação, “se fortalece a hipótese de um so-

fisticado esquema de destinação e desvio de recursos públicos, “com destaque para emendas parlamentares federais e para a prefeitura de São Paulo”.

Ele disse que essa organização alcançaria, inclusive, vínculos com a facção PCC (Primeiro Comando da Capital), “consoante linha investigativa mencionada nos autos”. Também declarou que existe “alusão reiterada, no itinerário delituoso, a um deputado federal, o Sr. Mário Frias, que, no terreno hipotético da investigação, ocuparia um papel de liderança na suposta arquitetura criminosa”.

Na quinta-feira, Mario Frias disse que a investigação é uma “cortina de fumaça” e não tem fundamento. Disse que a investigação é sobre uma emenda destinada a projeto esportivo e de letramento digital e que não vinha conseguindo acesso aos autos. “Se há uma nota que a CGU [Controladoria-Geral da União] quer ver, isso se resolve com documento, não com operação em ano de eleição”, afirmou Frias.

Na decisão deste domingo, Dino falou em prevenir “vazamentos seletivos”, “que de fato constituem grave vício a ser combatido”.

PF suspeita de dinheiro de Toffoli em paraíso fiscal

Fundo de investimento teria recebido R\$ 35 milhões do Banco Master

/ CASO MASTER

A Polícia Federal suspeita que o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), é proprietário ou beneficiário final do fundo de investimento Arleen, que recebeu R\$ 35 milhões de Daniel Vercaro, do Banco Master, segundo reportagem publicada pela revista Piauí, com base em relatório do órgão enviado à corte.

O fundo Arleen comprou uma parte das cotas da Maridt, empresa de José Eugênio e José Carlos Dias Toffoli, irmãos do ministro, e da qual o magistrado admitiu fazer parte do quadro societário, no resort Tayayá, em Ribeirão Claro (SC). De acordo com o documento ao qual a Piauí teve acesso, o Arleen pertencia ao ex-banqueiro e foi comprado pelo empresário Alberto Leite, amigo de Toffoli, em fevereiro de 2025.

Um mês depois, o fundo alterou seu regulamento para permitir investimentos no exterior e, em dezembro, transferiu todos os seus ativos para a holding Égide I, registrada nas Ilhas Virgens Britânicas, paraíso fiscal do Caribe. “Foram identificados diversos elementos



Dias Toffoli sofreu desgaste após exposição de conexões com Vercaro

de informação que, analisados de forma conjunta, apontam no sentido de que o ministro José Antonio Dias Toffoli possa ter figurado como beneficiário final ou proprietário de fato do FIP Arleen, bem como de seus ativos”, diz o relatório da PF. “Documentos e comunicação sugerem uso de interpostas pessoas e estruturas no exterior, incluindo movimentações envolvendo a Edige I Holding nas Ilhas Virgens Britânicas”, afirma o documento. O envio de recursos ao exterior teria ocorrido em 2025.

Nota enviada pelo gabinete do ministro Dias Toffoli afirma que o magistrado “jamais manteve ou teve direta ou indiretamente recursos no exterior” e que “jamais realizou qualquer operação direta ou indiretamente nas Ilhas Virgens Britânicas”. O documento também aponta suspeitas de que Vercaro tenha influenciado um voto do magistrado em uma ação sobre precatórios do destilaria Alcídia, do grupo Atvos, que cobrava da União reparação de prejuízos causados na década de 1980.

Em comício em Porto Alegre, Lula critica Trump

/ ELEIÇÕES 2026

Bolívar Cavalari
bolivarc@jcrs.com.br

O presidente da República e candidato à reeleição, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), realizou comício na sexta-feira no Largo Glênio Peres, em Porto Alegre,

junto a integrantes da coligação Com o Povo, liderada pela candidata ao Piratini, Juliana Brizola (PDT). No ato, que estava lotado de apoiadores apesar da chuva que caía na hora do evento, Lula fez um discurso em que afirmou que “nenhum presidente de outro país vai meter o bedelho nas nossas eleições”, e citou nomi-

nalmente o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

“A extrema direita representada pelo presidente dos Estados Unidos tem tentado influenciar em várias eleições na América Latina. O Trump tem sido um modelo de cabo eleitoral para a extrema direita”, disse o petista. Ele complementou: “eu tenho avisado, e já falei por telefone com o Trump: não se meta nas eleições brasileiras”.

Logo após, afirmou que quer ter uma relação civilizada com os Estados Unidos e que, caso o governo Trump interfira no pleito brasileiro, “vai perder”. O discurso de Lula durou pouco mais de 50 minutos e ele foi o último a falar, depois das manifestações da candidata ao Piratini, Juliana Brizola, e dos candidatos a vice-governador, Edegar Pretto (PT), e ao Senado, Manuela d’Ávila (PSOL) e Paulo Pimenta (PT).



Discurso de Lula na Capital durou pouco mais de 50 minutos